



# MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

## (Contra a municipalização da educação e em defesa da Escola Pública)

O Conselho de Ministros, em 15 de Janeiro de 2015, com total desprezo pelos pareceres negativos da Associação Nacional de Municípios e do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, aprovou o regime jurídico de delegação de competências para os municípios e entidades intermunicipais nas áreas da Educação, Saúde, Segurança Social e Cultura.

O processo de Municipalização da Educação tem estado em curso através da assinatura com diversos Municípios do “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”.

Este é um processo rodeado de secretismo com a intenção de evitar que dele tenha conhecimento a comunidade educativa e em especial as professoras e os professores tentando que seja implementado sem contestação. Tal contrato assenta em pressupostos economicistas, de desresponsabilização do Estado relativamente a um setor essencial como é o da Educação.

Num perfeito engodo, as autarquias em dificuldades financeiras têm sido aliciadas com a transferência de verbas e com “coeficientes de eficiência” que configuram a atribuição de financiamento no valor de 13.594,71 euros/ano por cada docente que consigam «dispensar».

Todo este processo significa também uma grande ingerência na gestão dos estabelecimentos de ensino, ficando a autonomia dos mesmos ainda mais amordaçada. A transferência de verbas para as autarquias fará com que gestão passe a ser feita por estas. Essa gestão também passará a ser feita ao nível dos recursos humanos e técnicos.

No contrato está ainda previsto que 25% do currículo seja gerido localmente, sendo que isso implicará uma intromissão na definição dos mesmos, bem como na contratação ao nível local de recursos que assegurem esta percentagem do currículo.



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Estamos num país onde as assimetrias são cada vez mais acentuadas, configurando essas assimetrias um crescendo de desigualdades de oportunidades e de acesso a uma educação de qualidade. A aposta desenfreada na privatização leva a financiamentos de escolas privadas e em paralelo ao empobrecimento da escola pública, aumentando os alunos por turma, reduzindo os currículos, despedindo professores e professoras e com a municipalização o Estado pretende, apenas, a sua desresponsabilização com a Educação, num abandono claro de um serviço que deveria ser a prioridade das prioridades para um país que se quer desenvolver.

Com a municipalização o estado pretende arredar-se da sua responsabilidade com a educação, num abandono claro de um serviço que deveria ser a prioridade para um país que se quer desenvolver e que está aliás consagrado. Com este processo, estaremos perante uma Educação em saldos e a retalho.

Tendo em consideração os prejuízos que a municipalização acarreta para a Educação no país, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26 de Fevereiro de 2015, delibera:

- Contestar o processo em curso de Municipalização da Educação e exigir a sua suspensão imediata;
- Recusar qualquer processo de Municipalização da Educação ao nível do Município de Almada;
- Solidarizar-se com a luta das professoras, dos professores e de toda a comunidade educativa assim como a do movimento sindical contra a Municipalização do Ensino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)

Aprovada em Reunião Plenária de 26/fevereiro/2015,  
e publicitada através do Edital Nº 266/XI-2º/2014-15.